

RECURSO ADMINISTRATIVO - RAZÕES

À Senhora Cristiane, Pregoeira do Município de Tangará, estado de Santa Catarina.

Eu, Douglas Lucas Ortiz Flores, Microempreendedor Individual registrado sob o CNPJ/MF Nº 29.195.180/0001-96 com nome empresarial 29.195.180 DOUGLAS LUCAS FLORES, arrematante inicial dos dois itens do Pregão Eletrônico nº 80/2024 para aquisição e instalação de Telas Mosquiteiros no Município de Tangará, venho, tempestivamente, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra minha Inabilitação nos itens 1 e 2 do certame em questão, bem como contra o aceite de proposta do objeto com composição de NYLON conforme razões a seguir:

1. DOS FATOS E DO DIREITO

A recorrente participou da licitação em epígrafe, apresentando a proposta mais vantajosa, cumprindo todos os quesitos técnicos do Edital e respectivos esclarecimentos, e finalizando a disputa em primeiro lugar para os dois itens licitados.

Durante o envio dos documentos de habilitação solicitados, que foram feitos de forma tempestiva via sistema, por engano foi enviada a Certidão Negativa de Débitos Federais da Pessoa Física, qual seja o próprio Microempreendedor Individual, ao invés da Certidão referente a pessoa jurídica.

A recorrente foi prontamente inabilitada, conforme comunicação no chat do Portal de Compras Públicas, abaixo transcrito:

25/07/2024 20:43:56 - Sistema - O fornecedor DOUGLAS LUCAS ORTIZ FLORES foi inabilitado no processo.

25/07/2024 20:43:56 - Sistema - Motivo: A empresa não apresentou o documento exigido no item 10.3.2 alínea b) com o número do CNPJ da empresa. Sendo assim foi feita a tentativa de extrair tal certidão do próprio site da receita federal, porém não obtivemos sucesso. Sendo assim, inabilita-se a empresa.

Das falhas no diligenciamento

No que tange ao diligenciamento mencionado, entendemos que o procedimento foi conduzido de forma falha, conforme segue:

Não houve tentativa de contato com a Recorrente visando a diligência. De fato, não seria possível a obtenção diretamente pela Internet do Documento em questão, tendo em vista que a Recorrente, enquanto MEI, está regularizando tal certidão dentro do prazo legal concedido pela LC 123/2006, prazo esse ignorado na habilitação.

O fato de não haver a inclusão da certidão irregular para sua posterior regularização mediante abertura do prazo legal também não pode amparar tal inabilitação, considerando o princípio do Formalismo Moderado, que a própria pregoeira entendeu caber e invocou ao abrir diligência pela internet.

Ocorre que na situação do MEI em questão, tal documento apenas pode ser retirado, nesse caso, através da área logada o sistema e-cac, da Receita Federal do Brasil, e, portanto, a diligência pela internet, sem consulta ao Recorrente, não teria como surtir os efeitos supostamente almejados, de supostamente aplicar o princípio do Formalismo Moderado.

Nesse caso, para real efeito de tal aplicação, considerando que a própria declaração da Pregoeira de que houve consulta na Internet demonstra seu entendimento de que o documento poderia ser aceito, seria necessário a consulta à Recorrente.

Nota-se que o aviso foi feito fora de horário comercial, sem abertura de campo algum para comunicação via chat para questionamento imediato e envio de tal documento.

Embora tenhamos o contato necessário para envio dessas justificativas e, eventualmente, do documento, o conhecimento da situação apenas deu-se, por nossa parte, na manhã seguinte. Motivo pelo qual aguardamos o prazo de recurso para formalmente questionar tais pontos.

Importante ressaltar que a Pregoeira também tem o contato da Recorrente, considerando que a proposta ajustada, enviada pelo sistema, contém essa informação, e na eventualidade de desejar realmente sanear tal falha, uma mensagem resolveria prontamente o problema.

Dessa forma, RECORREMOS da decisão de inabilitação com base na falta do documento em questão, entendendo, conforme as razões apontadas, que o diligenciamento foi falho e, de fato, não oportunizou o ajuste da situação, não sendo na prática invocado o Princípio do Formalismo Moderado, porém apenas de forma superficial e ensaiada.

Do prazo legal para regularização fiscal do MEI

Superada a questão da ausência de documento, seguimos nossas Razões para recorrer contra nossa Inabilitação destacando que, como MEI, a LC 123/2006 nos garante um prazo legal de 5 (cinco) dias úteis para regularização fiscal, conforme dita seu Art. 43.

O prazo descrito não foi aberto e sequer mencionado durante a Inabilitação, de modo que entendemos, novamente, ser totalmente irregular tal posição.

Da Regularidade Fiscal

A recorrente, dentro do prazo legal, regularizou a pendência, conforme certidão de código **11BF.0800.C5C4.041D** anexa, emitida nesta data para envio junto a estas razões. Novamente corroborando para a habilitação de nossa empresa no certame em questão.

2. DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO

Diante dos motivos fáticos e de direito expostos, requer a procedência do presente recurso, por meio da reconsideração da decisão tomada pela Sra. Pregoeira, efetuando a habilitação desta Recorrente.



Caso não reconsidere sua decisão, faça este subir, devidamente informado, a autoridade superior, em conformidade com o § 2º, do art. 165, da Lei nº 14.133/21.
Nestes Termos, Pede Deferimento

Douglas Lucas Ortiz Flores

Florianópolis, 31 de julho de 2024.